

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.069.158 - SP (2017/0056522-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **DIAMONT PARK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **BERENICE SOUBHIE NOGUEIRA MAGRI E OUTRO(S) - SP121288**  
**PATRÍCIA SOUBHIE NOGUEIRA TREVIZAN - SP177333**  
**AGRAVADO** : **BANCO ABN AMRO REAL S.A**  
**ADVOGADOS** : **SIMONE APARECIDA GASTALDELLO E OUTRO(S) - SP066553**  
**FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA SIMÕES - SP260373**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por DIAMONT PARK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - contra decisão desta relatoria que não conheceu do agravo.

Em suas razões, a agravante defende que

*"(...) diversamente do decidido pelo D. Ministro Relator, a r. decisão agravada do E. Tribunal de origem não diz respeito SOMENTE à questão tratada pelo recurso especial repetitivo nº 973.827/RS, MAS apreciou também outras questões versadas nos autos, ou seja, não apenas o objeto do recurso repetitivo atinente à possibilidade de capitalização de juros, mas também a não demonstrada vulnerabilidade dos artigos supracitados e do inexistente óbice do reexame dos fatos.*

*18. Atenta-se que, em face da r. decisão do E. Tribunal de Justiça, que julgou prejudicada parte do recurso especial e negou seguimento à outra parte, cabível a interposição de agravo em recurso especial a este E. Superior Tribunal de Justiça, assim como feito, bem como o agravo interno, com fulcro no art. 1.021 do CPC, seguindo os ditames da segunda parte do art. 1.042 do CPC" (e-STJ fl. 641).*

É o relatório.

### DECIDO.

Tendo em vista a manifestação da agravante, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão de fls. 628/630 e-STJ.

O recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"PROCESSO CIVIL - JULGAMENTO ANTECIPADO DO PEDIDO - NULIDADE - INOCORRÊNCIA - Incumbe ao julgador o exame das provas necessárias e pertinentes ao julgamento na forma do art. 130 do CPC - Matérias em discussão que já foram, reiteradamente, examinadas por nossos Tribunais, não sendo devidamente justificada a realização de prova pericial contábil antes do julgamento - Preliminar rejeitada.*

*CONTRATO BANCÁRIO - EMBARGOS DO DEVEDOR - DECADÊNCIA OU PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - A pretensão para a discussão da validade de cláusulas de contrato bancário prescreve em 10 anos, observando-se o prazo do art. 205 do Código Civil - As hipóteses relativas à*

# Superior Tribunal de Justiça

*prescrição ou decadência devem ser interpretadas, ademais, restritivamente, por implicarem em limitação do exercício de um direito - Preliminar rejeitada.*

*CONTRATO BANCÁRIO - EMBARGOS DO DEVEDOR - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - Hipótese em que os juros foram previamente fixados, não sendo trazidos elementos suficientes para demonstrar a existência de anatocismo - Além disso, 'a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada' (STJ - REsp 973827/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC) - Contrato em discussão celebrado após a Medida Provisória 1.963-17/00 (reeditada sob o número 2.170-36/01) - Recurso não provido.*

*CONTRATO BANCÁRIO - EMBARGOS DO DEVEDOR - DIREITO À REVISÃO DAS CLÁUSULAS E EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO DEMONSTRADOS - MORA CONFIGURADA - Não demonstrando ilegalidade na avença, nem incorreção no valor cobrado, considerando que as parcelas do empréstimo tinham datas certas e determinadas para pagamento, na forma do art. 397, caput do Código Civil, restou configurada a mora da embargante, podendo ser cobrada pelo exequente a dívida acrescida dos encargos moratórios previstos no contrato - Hipótese, ainda, em que não foi demonstrado o direito à restituição de qualquer valor -Recurso não provido" (e-STJ fl. 555).*

A recorrente alega violação dos seguintes dispositivos com as respectivas teses:

- (i) art. 4º do Decreto nº 22.626/1933 – ilegalidade da capitalização de juros;
- (ii) arts. 2 e 3 do Código de Defesa do Consumidor - incidência da legislação consumerista ao caso;
- (iii) arts. 130 e 330, I, do Código de Processo Civil/1973 - cerceamento de defesa em razão da ausência da produção da prova pericial;
- (iv) art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor: necessidade de inversão do ônus da prova, em razão da sua insuficiência técnica;
- (v) art. 397 do Código Civil - necessidade de descaracterização da mora, devido à cobrança de encargos indevidos;
- (vi) arts. 741, V, do CPC/1973, 940 do CC e 42 do CDC- excesso de execução e cabimento da devolução em dobro.

Inicialmente, observa-se que a decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi publicada em 16/6/2017 (fl. 206 e-STJ), ocasião em que já se encontrava em vigor o Código de Processo Civil de 2015, que prevê, expressamente, em seu art. 1.030, I, “b”, § 2º, que o recurso admissível em tal hipótese é o de agravo interno:

*“Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao*

# Superior Tribunal de Justiça

vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

*I – negar seguimento:*

*(...)*

*b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;*

*II – encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos*  
**§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021". - grifou-se**

A propósito, a Terceira Turma deste Superior Tribunal, quando do julgamento do AREsp nº 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, em 16/8/2016, firmou o entendimento de que, quando a Corte de origem inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, a interposição de agravo em recurso especial constitui erro grosseiro.

Eis a ementa:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.**

**1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.**

**2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.**

**3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.*

*4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015."*

Por tais razões, entende-se incabível o agravo interposto contra decisão de admissibilidade na parte que aplicou as orientações firmadas nos Temas nºs 246 e 247.

No tocante à alegada violação dos artigos 130, 331 do CPC/1973 e 6º, VIII, do CDC, verifica-se que o juízo acerca da produção, valorização e inversão do ônus da prova compete soberanamente às instâncias ordinárias, e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra o óbice de que trata o verbete nº 7 da Súmula desta Corte.

Confira-se:

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS NO EXTERIOR. INDEFERIMENTO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ANÁLISE QUANTO À IMPRESCINDIBILIDADE DA PROVA REQUERIDA. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Nos termos do art. 130 do CPC, 'cabará ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias'.*

*2. Infirmar as conclusões do acórdão recorrido, a fim de acolher violação do art. 400 do CPC e aferir se houve ou não afronta ao devido processo legal, demandaria incursão no contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.*

*3. Recurso especial não conhecido" (REsp 1.333.058/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, julgado em 25/6/2013, DJe 5/8/2013 - grifou-se).*

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TESE JURÍDICA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. TRABALHO ADICIONAL DO ADVOGADO. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Na hipótese, rever a conclusão do aresto impugnado acerca da inexistência de cerceamento de defesa e da inversão do ônus da prova encontra o óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3.*

*A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. Não é necessária a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal para a majoração dos honorários.*

*5. Agravo interno não provido"*

*(AgInt no AREsp 1.289.974/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/4/2019, DJe 6/5/2019).*

No mais o Tribunal entendeu que

# Superior Tribunal de Justiça

*"Por consequência do acima exposto, considerando que o contrato prevê data certa e determinada para os pagamentos (fl. 67) 7 quanto à mora, deve ser observado o estatuído no art. 397, caput do Código Civil, ou seja, 'o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor'.*

*O embargado pode, portanto, cobrar o valor dessa dívida, acrescido dos encargos moratórios contratados.*

*Não demonstrou, assim, a embargante, também, o direito à restituição de qualquer quantia para aplicação, das normas dos arts 42, parágrafo único da Lei 8.078/90 ou do art. 940 do Código Civil" (e-STJ fl. 564).*

A revisão desse entendimento demandaria o reexame das provas constantes dos autos, inviável no recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 628/630 e-STJ, para conhecer em parte do agravo e nessa extensão negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator